

Dois métodos ou duas antropologias?

ELEUTÉRIO F. S. PRADO*

This is a commentary to a well-known paper of Bresser-Pereira: *The two methods and the hard core of economics*. Therefore, it target a very suggestive article that seeks to examine the conceptions of man of classical political economy and Keynesian economics in contrast to the reductive conception of man found in positive economic theory, especially in neoclassical theory. It shows that both conceptions at large think with abstracts economic men. However, the first one reasons with individuals who are determined by the historical and social structures of the capitalistic economic system. The second one seeks to present them in a formal way, as if they were mere pieces of a large automaton, i.e., the mercantile system as a large and standardized mechanism. In the end, Marx is distinguished because he does not reflect based on a static anthropological foundation. For him, men are subjects that become because they can realize themselves only in the course of history.

Keywords: historical-deductive method; hypothetical-deductive method; mathematical economics; historical-oriented economics; political economy.

JEL Classification: B41.

INTRODUÇÃO

No ensaio metodológico desenvolvido por Bresser-Pereira para apreender a teoria econômica em sua existência histórica desde a economia política clássica até a macroeconomia novo-clássica predomina o ponto de vista da razão subjetiva centrada no indivíduo que pretende abarcar o mundo por meio de seu pensamento prático. Por isso, caracteriza e classifica as diversas escolas de pensamento que aí vieram existir em duas correntes, uma das quais, segundo ele, que emprega o método hipotético-dedutivo e a outra que utiliza o método histórico-dedutivo.

Essa predominância se revela desde logo no enfoque metodológico adotado:

* Professor sênior da FEA-USP. E-mails: eleuter@usp.br; eleuterioprado@uol.com.br.

os economistas têm de escolher como fazem a sua investigação. Eis que o objetivo da ciência econômica não vem a ser principalmente a compreensão do evoluir das relações sociais e seu modo de reprodução na história da civilização humana, mas “a análise e a previsão do comportamento dos sistemas econômicos” (Bresser-Pereira, 2009, p. 165). Como ambos os métodos indicados são dedutivos, isto implica que eles partem necessariamente de supostos primeiros — reconhecidamente, figuras possíveis do *homo oeconomicus*, ou seja, do homem enquanto mero componente que está presente e atua na base do sistema econômico.

O método histórico-dedutivo que molda a economia política clássica e a economia keynesiana está fundado em figuras humanas abstratas, mas realistas, as quais estão constituídas por traços distintivos que podem ser observados casualmente ou mesmo verificados de modo empírico. O método abstrato-dedutivo, por sua vez, está fundado em uma figura idealizada de homem, irrealista por construção, cujas características constitutivas são predominantemente impostas pelo formalismo matemático — e não por elementos abstratos retirados do comportamento efetivo dos homens reais que atuam na produção e na circulação de mercadorias. Para expor a diferença entre esses dois métodos de forma sintética é preciso mencionar que o primeiro deles considera as determinações posicionais (ou seja, estruturais) do homem econômico, enquanto o segundo faz abstração completa dessa determinações para pensá-lo formalmente como mero átomo.

Apesar da predominância acima aludida, a alusão ao caráter da esfera econômica da sociedade também está presente no texto examinado. Eis que, em qualquer caso, o objeto da ciência econômica é sempre o sistema econômico como um todo.

Tais enfoques metodológicos, segundo Bresser-Pereira, acolhem diferentes concepções de sistema econômico. O método histórico-dedutivo admite que o sistema econômico seja um processo aberto e inovador que se encontra em permanente mudança. Orienta, por isso, a investigação da realidade de um modo tal que os economistas possam apreender as suas mudanças, colaborando para ajustá-lo ou reformá-lo segundo determinados objetivos. “A realidade social” — diz ele — “é essencialmente histórica [...] e é intrinsecamente contraditória” (Bresser-Pereira, 2009, p. 170). Os sistemas sociais são compostos de indivíduos que se encontram, por um lado, socialmente condicionados, mas, por outro, são também livres e responsáveis. Eles fazem escolhas, aprendem por meio da experiência e, assim fazendo, “mudam permanentemente as estruturas sociais e principalmente criam cultura e instituições que, por sua vez, mudam as preferências individuais” (Bresser-Pereira, 2009, p. 170).

O método hipotético-dedutivo, por outro lado, trabalha com sistema fechados que podem ser descritos matematicamente. Na história do pensamento econômico ele aparece intrinsecamente associado aos chamados modelos de equilíbrio parcial e geral da microeconomia neoclássica, surgidos já no último quartel do século XIX; porém, devido à sua generalidade formal e à sua instrumentalidade na apreensão de diversos fenômenos da sociedade, foi aproveitado mais e mais no século XX na explicação cientificista desse mundo, tornando-se imperialista (Fine & Milonakis, 2009).

No campo da teoria econômica foi empregado na teoria do crescimento, na macroeconomia, na economia internacional etc.; fora desse campo foi empregado na teoria dos jogos e na teoria da escolha racional em ciência política, sociologia etc. A característica intrínseca desse tipo de modelo é tomar o seu objeto, em particular o sistema econômico, como um mecanismo intrinsecamente equilibrador e que opera em temporalidade puramente lógica. O equilíbrio figura nele não como o centro para o qual o sistema tende na ordem do tempo, mas como aquilo que define o que supostamente existe no intertemporal. Falta-lhe de modo intrínseco, já aqui é preciso ver, a dimensão da historicidade. Enquanto construções matemáticas compostas de variáveis endógenas e parâmetros exógenos, eles se prestam apenas à análise de estática e de dinâmica comparativa — procedimentos que isolam supostas relações de causa e efeito aí atuantes, na perspectiva da razão instrumental.

CONCEPÇÃO MUDANCISTA

A primeira das duas versões acima mencionadas do homem econômico racional foi delineada explicitamente já por Stuart Mill. Como se sabe, para ele a economia política “é a ciência que trata da produção e da distribuição da riqueza na medida em que dependam das leis da natureza humana” (Stuart Mill, 1974, p. 298). E, assim, ele vai caracterizar o homem econômico por seus próprios atributos morais e psicológicos manifestos, não em isolamento, mas em estado de sociedade. Faz abstração de outros objetivos que movem o homem no meio social, para pensá-lo como “um ser que deseja possuir riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter aquele fim” (idem, p. 300).

É evidente que Stuart Mill, por meio dessa caracterização, singulariza já o personagem central da economia política como o ser que busca o valor econômico mediante o uso de uma racionalidade instrumental e maximizadora. Este, contudo, não corresponde ao homem completo que atua em sociedade, mas vem a ser uma parte dele que é preciso circunscrever em função do próprio modo de proceder da ciência. E esse proceder, tal ocorre em geral na concepção moderna de cientificidade, orienta-se para a descoberta de relações invariáveis de causa e efeito. Ainda que diga da economia política que raciocina com uma definição arbitrada de homem, que as suas premissas são assumidas *a priori* e que as suas conclusões sobre causalidade são verdadeiras apenas no abstrato, para ele o “verdadeiro em abstrato é sempre verdadeiro em concreto, como concessões apropriadas” (idem, p. 305). Fica evidente, assim, a sua preocupação com a adequação e a pertinência das representações teóricas com os comportamentos reais, os quais podem ser observados introspectiva e empiricamente.

Um autor como Adam Smith, em *A riqueza das nações*, refere-se centralmente a figuras econômicas diferenciadas como capitalista, trabalhador, comerciante etc. — e o mesmo se pode dizer do próprio Stuart Mill em seus *Princípios de Economia Política* —, mas ele não deixa de fazer suposições sobre a natureza humana para

fundar os seus raciocínios sobre o desenvolvimento do sistema econômico. O homem participa dos mercados porque ele tem uma “propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (Smith, 1983, p. 49). Dessa propensão, por exemplo, ele deriva a propriedade privada: um animal — menciona — nunca diz “isto é meu, isto é teu, estou disposto a trocar isto por aquilo” (idem, p. 49). Os homens econômicos — convém ele — não são seres benevolentes, mas agem com exclusiva “consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (idem, p. 50). “O que o indivíduo tem em vista é a sua própria vantagem, e não a da sociedade” (idem, p. 378). Cada um desses capitalistas, ademais, “procura, na medida do possível, empregar o seu capital [...] de tal maneira [...] que seu produto tenha o máximo valor possível” (idem, p. 379). Não há dúvida, portanto, que também a economia política clássica fundou a sua concepção de mundo econômico em figuras abstratas de homem. Não se pode dizer que essas figuras sejam exatamente as mesmas nos diversos autores, mas elas têm um núcleo comum, qual seja ele, a busca do autointeresse e a racionalidade possessiva e otimizada (conformada, é certo, aos limites do conhecimento dos atores sociais).

Apesar de desenvolver a área de investigação que será chamada de macroeconomia, Keynes buscou também apreender os funcionamentos do sistema econômico a partir das características dos indivíduos. É evidente, por exemplo, que expõe o princípio da demanda efetiva examinando o comportamento possível dos empresários capitalistas e as suas expectativas de lucro. “O lucro do empresário [...] é [...] o quanto ele procura elevar ao máximo quanto está decidindo qual o volume de emprego deve oferecer” (Keynes, 1983, p. 29). Os consumidores, vistos como tomadores passivos de decisão, são caracterizados por certa psicologia de comunidade: “quando a renda real agregada aumenta, o consumo agregado também aumenta, porém não tanto quanto a renda” (idem, p. 31). Os trabalhadores, por sua vez, movem-se pela utilidade e pela não utilidade daquilo que o emprego pode lhes fornecer em termos de esforços a serem despendidos e bens a serem adquiridos.

Tratando os capitalistas como uma coletividade dotada de psicologia própria, sugere que o nível de emprego é determinado por suas esperanças de lucros. Ora, é bem conhecido o papel que as expectativas de longo prazo têm na análise de Keynes. Ao invés de apontar que a instabilidade econômica e as crises nascem da anarquia da produção capitalista como Marx, Keynes faz com que dependam do estado de confiança, da precariedade do conhecimento, da psicologia do mercado, da falta do otimismo inerente à natureza humana, da incerteza psicológica etc. Os economistas (mas só eles) costumam se referir genericamente a esse modo de pensar pelo termo “individualismo metodológico”, mas o caminho da investigação aqui não provém de uma escolha autônoma de procedimento científico, mas está fundado em uma concepção do sistema econômico que apreende os indivíduos tal como aí existem em estado de derrelição para pô-los como fundamentos primeiros. Ora, não só o indivíduo econômico, mas também a própria metodologia da economia se encontra historicamente condicionada.

Uma característica central desse modo de pensar é que trata o sistema econômico como realidade complexa em permanente processo de desenvolvimento, su-

jeita às inovações e às mudanças. É essa consciência que leva um autor como Keynes a condenar a economia matemática, preservando toda uma tradição que nesse ponto é bem clássica (no sentido de Marx e não do próprio Keynes). “O objetivo da nossa análise” — diz ele — “não é fornecer um mecanismo ou método de manipulação cega que nos dê uma resposta infalível, mas dotar-nos de um método organizado e ordenado de raciocinar sobre problemas concretos” (Keynes, 1983, p. 206).

A contrapartida necessária desse modo de pensar a realidade econômica vem a ser tomar o homem econômico como um ser deliberativo que efetivamente toma decisões irrevogáveis, as quais, por sua vez, em conjunto, determinam o curso dos acontecimentos futuros. Ainda que seja algo trivial, é bem evidente que a tradição da economia política como um todo toma o homem como um ser que põe fins e que atua, sem automatismos, para realizá-los. Ainda que se situe usualmente no campo da prática utilitária, ela considera que os fins possam ser ou não ser e que as atuações visadas possam ocorrer ou não ocorrer. Como diz Keynes em passagem circunstancial, mas bem significativa, “uma decisão de não jantar hoje não implica, necessariamente, a decisão de jantar... daqui a uma semana” (idem, p. 149).

CONCEPÇÃO CONSERVATIVA

Algo bem diferente se encontra em um autor como Walras. Ao invés de definir o homem econômico por meio de características morais e psicológicas do próprio homem em sociedade, ele o fará por meio de convenções formalistas. Como se sabe, para ele “a economia política pura é uma ciência em tudo semelhante às ciências físicas e matemáticas” (Walras, 1983, p. 23). Essas ciências, segundo ele, saem da experiência depois que encontraram aí os seus tipos ideais. “Elas abstraem, desses tipos reais, tipos ideais, que definem; e, com base nessas definições, constroem *a priori* todos os andaimes de seus teoremas e de suas demonstrações” (Walras, 1983, p. 24). Nesse sentido, ele declara, por exemplo, que pouco lhe importa se a utilidade dos bens é uma grandeza mensurável ou não, pois, para formular uma teoria dos mercados, basta que se possa assumir que essa medida formalmente exista e que se passe a operar com ela; pois, assim procedendo, pode-se derivar em sequência, utilizando a técnica matemática da otimização condicionada, preços e quantidades de equilíbrio (Walras, 1983, p. 53).

Esse modo convencionalista de formular a teoria econômica em que os requisitos formais dominam as percepções advindas da vida cotidiana (realismo do senso comum) foi, depois, firmemente adotado por Pareto. Ele construiu a sua obra econômica sob o suposto de que a ciência em geral se preocupa exclusivamente em procurar uniformidades, seja no campo dos fenômenos naturais, seja no campo dos fenômenos sociais. Tratava-se, pois, para ele, de aplicar um procedimento-padrão, apresentando supostas regularidades da ação humana no campo dos fenômenos do mercado e a ele associados. Para fazê-lo, esse autor reconstruiu o homem eco-

nômico herdado de Walras com o objetivo de limpá-lo ainda mais de características ordinárias.

O homem real atua por meio de ações lógicas e de ações não lógicas, mas a teoria econômica faz total abstração dos comportamentos que não podem ser apreendidos por meio de um cálculo de otimização que leva ao equilíbrio. Desse modo, ele apresentou pela primeira vez o homem econômico por meio de mapas de indiferença convenientemente construídos, os quais supostamente indicavam que os entes super-rationais que habitam o mercado atuavam com base em uma hierarquia topológica de preferências. Nesse esquema, aquilo que figura como escolha vem a ser, simplesmente, a melhor cesta de bens que o seu orçamento pessoal permite adquirir. Para tanto, admitiu já que o homem econômico, contrariamente ao senso comum, é exaustivo e insaciável na consideração dos bens e serviços em que está interessado.

Ao formular a teoria econômica desse modo, Pareto se sentiu vitorioso: “as noções de valor de uso, utilidade [...] não são necessárias para construir essa teoria. [...] A teoria econômica adquire, assim, o rigor da mecânica racional; ela deduz seus resultados da experiência, sem fazer intervir nenhuma entidade metafísica” (Pareto, 1984, p. 86). Ora, essa orientação vai se cristalizar na moderna teoria de equilíbrio geral que vai definir o homem econômico por meio de um conjunto de postulados, usualmente chamados de axiomas de Arrow-Debreu. Agora, não aparece mais nenhuma referência à mente humana e à sociedade; postula-se simplesmente que cada indivíduo, consumidor ou produtor, vem a ser uma ordenação de preferências que é contínua, binária, completa, exaustiva, consistente, maximizadora etc., enfim, adequada para a aplicação do cálculo e da topologia. Está-se no campo de uma lógica em que tudo se resolve por meio de sucessões de estados. A partir daí, provam-se teoremas, especialmente aquele que afirma existir um vetor de preços que equilibra o sistema. Desse modo, não se explica o que existe, mas se prova a existência de algo, ou seja, que preços existem.

Segundo Mirowski, que estudou o tema exaustivamente, o que caracterizou a chamada revolução marginalista no último quartel do século XIX foi uma invasão da linguagem matemática na teoria econômica. Mais particularmente, ele mostrou que a teoria neoclássica foi totalmente construída com base em uma analogia com a física da energia de meados do século XIX e mediante o emprego de seu formalismo, por parte de engenheiros que se tornaram economistas. Nesse movimento, surgiu “uma nova atitude em relação à construção de teorias” e “a utilidade foi redefinida para se tornar [formalmente] idêntica à noção de energia” (Mirowski, 1984, p. 366). Nesse ramo da Física, o movimento mecânico de uma partícula qualquer ocorre sob o princípio da conservação de energia: a energia potencial transforma-se em energia cinética, mas a energia total do sistema é mantida constante. Na esfera da Economia, o movimento da troca passa a ser igualmente pensado por meio de um princípio de conservação em que a utilidade implícita em certo montante de orçamento é preservada na aquisição de certas quantidades de bens e serviços.

Em resumo, a tese de Mirowski afirma que “o núcleo duro da teoria econômi-

ca neoclássica é a adoção da física de meados do século XIX como um paradigma rígido” (idem, p. 372). Várias consequências decorreram dessa opção social e historicamente datada. A primeira delas foi contrabandear do campo da Física para o campo da Economia Política a tese de que todos os fenômenos são temporalmente reversíveis; como o princípio de conservação adotado põe uma identidade que permanece ao longo do tempo, os fenômenos econômicos considerados deixam de ser dependentes dele. Eis que, assim, a teoria econômica torna-se anti-histórica, ainda que seja usual empregá-la em contextos históricos.

O princípio de conservação, ademais, anula a contingência dos processos econômicos, de tal modo que no mundo neoclássico não há eventos inesperados (ainda que possa admitir a ocorrência de eventos probabilísticos). Como, em equilíbrio, todos os bens são imediatamente transformáveis em quaisquer outros bens, essa teoria não deixa lugar para o dinheiro mesmo como meio de troca. O economista neoclássico refere-se, assim, à economia capitalista nacional e mundial como ela pudesse ser mera economia de troca. Mesmo sendo altamente irrealista, ela possibilita que o economista apareça na esfera pública da sociedade como um técnico competente que domina a realidade econômica tal como um engenheiro domina, por exemplo, a construção de máquinas.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a figura central que habita o sistema econômico da teoria neoclássica não é verdadeiramente um agente, mas sim um autômato, um algoritmo. A teoria escolha racional que a amplia não vem a ser propriamente uma conjectura sobre como os homens fazem escolhas, mas vem propor que a ação humana na esfera econômica (e além dela) pode ser concebida, redutivamente, como uma ação maquinal e cibernética. Como o próprio sistema econômico, assim pensado, é também um grande autômato, um grande algoritmo, a teoria neoclássica não é uma conjectura sobre como os mercados descentralizados do sistema capitalista, tais como existem efetivamente, funcionam. Trata-se, isso sim, de uma construção cientificista que faz referência imaginária a um sistema programado que funciona perfeitamente. Ora, esse sistema tem uma relação muito superficial com o sistema realmente existente. Em contradição com o próprio funcionamento do capitalismo real, em tal sistema idealizado há centralização de todas as informações e de todas as trocas, as quais acontecem supostamente, em cada mercado, a um único preço.

Ainda que os economistas neoclássicos tenham por valor supremo a consistência teórica, a teoria neoclássica enquanto tal, em particular em suas versões mais sofisticadas, é totalmente inconsistente. Ela afirma que preços existem como preços de equilíbrio, mas ela não pode provar que os estados do sistema fora do equilíbrio tendam ao equilíbrio. Para chegar a tais resultados tão pífios admite que as preferências sejam contínuas, supondo assim que há opções racionais sobre cestas constituídas por quantidades definidas por números irracionais e randômicos. Admite, ademais, que a capacidade de cálculo de seus autômatos é infinita, quando se sabe que ela é limitada pela capacidade de cálculo de uma máquina de Turing universal. Despreza o custo de computação, quando se sabe que o tempo de computação cresce exponencialmente com o número de bens e com o número de autômatos.

É preciso enfatizar nesse ponto que não apenas a teoria neoclássica em particular está atravessada por problemas lógicos insuperáveis. Como se sabe, todas as teorias dessa espécie — a teoria da escolha racional em geral e a teoria dos jogos — não deixam de conter paradoxos lógicos, em particular aqueles que envolvem autorreferência (Knudsen, 1993).

Tudo isso põe uma pergunta incontornável: como se explica então a sua força, já que domina no ensino da Economia no mundo como um todo? Há razões. Em primeiro lugar, ela confirma no plano do pensamento uma característica da época moderna: o império do valor econômico sobre todos os valores. Ao naturalizar o social e ao fazê-lo exatamente do modo como a ciência moderna pensa a natureza, ela dá sustentação à primazia do funcionamento econômico sobre a deliberação política. Sem muita sutileza, afirma que se deve aceitar a lei supostamente regedora do sistema econômico como se acolhe a lei da gravidade. Em particular, por exemplo, dá suporte à tese de que não existe desemprego involuntário e que, portanto, a política de salário mínimo vem a ser uma distorção cuja única função é aumentar a taxa natural de desemprego.

Em segundo lugar, ela atende com grande competência à demanda da sociedade contemporânea por um saber positivo, meramente instrumental (Marcuse, 1964). Não é fortuito que a teoria neoclássica tenha nascido na época em que o capitalismo se torna monopolista, vindo a dominar opressivamente nessa esfera do saber a partir da década de 1930 à medida que o capitalismo se torna administrado. Eis que ela, como bem se sabe, configurou-se como uma ferramenta analítica da intervenção conservativa. Nesse sentido, mostrou ser um instrumento adequado para “provar” a eficiência e a eficácia dos mercados ou de seus análogos, quando isso convém às circunstâncias. Mais recentemente, em virtude de transformações do próprio modo de produção — este se torna crescentemente pós-grande industrial —, esse tipo de teoria começou a ser desafiado pela economia comportamental, baseada no que pode ser denominado homem psicoeconômico (Davies, 2011).

CONCEPÇÃO TRANSFORMATIVA

Foi visto que a teoria econômica de ontem e de hoje, em sua diversidade de enfoques, devido ao seu caráter de saber dedutivo, funda-se necessariamente em figuras do homem econômico a que correspondem concepções de mundo que abrangem — mesmo se negam — o sistema econômico como um todo. A questão restante é saber se isso esgota, ainda que de modo impressionista, o universo das concepções teóricas que versam sobre a esfera econômica da sociedade tal como ela existe predominantemente, ou seja, como modo de produção capitalista. Julga-se, aqui, que não se pode incluir a de Marx entre aquelas que empregam o método histórico-dedutivo, mesmo se ela queira de algum modo abraçar a historicidade.

Ao contrário do entendimento, conforme explica Ruy Fausto, o pensamento

dialético nunca se funda em supostos primeiros e, no presente caso, em supostos que põe o homem como homem econômico. Mesmo se o entendimento, para teorizar sobre a esfera econômica, não põe o homem em sua totalidade concreta, ele o põe como um modo de ser específico que lhe é inerente e que existe e permanece indefinidamente no horizonte histórico. Ora, a dialética, ao contrário do entendimento, ressalta o vir a ser em relação ao ser e, assim, a transitoriedade daquilo que atualmente existe. Ao invés de fazer supostos, ela adianta pressupostos. Por isso apreende o homem existente — e que aí está concretamente como capitalista, operário, proprietário de terra etc. — não como homem e sujeito plenamente constituído, mas como mero suporte de relações de produção. No modo marxiano de pensar a história, diz Fausto, “o homem só vem no final do que Marx denomina pré-história da sociedade humana” (Fausto, 1983, p. 27). Assim, “a história é pensada com um processo de constituição do homem-sujeito” (idem, p. 29).

Por essa razão, o modo de exposição empregado por Marx não consiste precisamente em dedução, mas em apresentação dialética, a qual toma aquilo que existe em sua complexidade contraditória como realidade em processo de transformação. Nesse modo, a categoria de identidade que funda o discurso do entendimento é apreendida como unidade da identidade e da não identidade. A dedução opera sempre com a categoria de identidade, mas a dialética — como se sabe — introduz as categorias de negação e de negação da negação.

Assim, *O capital*, por exemplo, não pode ser encarado como mais uma teoria econômica, ainda que aí esteja contida, de modo subordinado, uma teoria econômica — a economia política clássica desenvolvida e aprimorada pelo próprio Marx. Essa obra pretende ser a consciência científica desse processo cego que não se revela à consciência ordinária — o movimento fetichista do sujeito automático “relação de capital”. Por isso, o seu objetivo principal — com bem se sabe — consiste em preparar os homens (as classes exploradas) para que eles se tornem capazes de promover uma transformação nas relações sociais, a qual é julgada possível, mas que não se afigura, para ela, como inexorável. Ainda que a história — e o chamado socialismo real principalmente — até agora tenha se recusado a lhe dar razão, para Marx essa transformação cria o homem como sujeito consciente de sua própria história e, assim, verdadeiramente livre.

O exposto converge até certo ponto para as teses de Bresser-Pereira, mas delas diverge, também, em alguma medida. Converge porque julga necessário diferenciar a economia política que apreende o homem econômico real e, com ele, as estruturas de relações sociais do próprio sistema, da economia formal que opera com um homem meramente algorítmico e, por isso, a-histórico, a-social, enfim, desestruturado. Diverge porque não crê que a questão em tela de juízo possa ser posta só no plano metodológico. Quando a dimensão antropológica é trazida à baila, vê-se mais claramente a distinção entre os métodos histórico-dedutivo e abstrato-dedutivo, tão enfatizada por Bresser-Pereira. O presente artigo põe, assim, um desafio para que ele possa continuar a desenvolver a sua reflexão sobre a natureza da economia política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bresser-Pereira, Luiz C. (2009) “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica”. *Revista de Economia Política*, 2009, vol. 29 (2), p. 163-190.
- Davies, William (2011) “The political economy of unhappiness”. *New Left Review*, nº 71, set.-out. 2011, p. 65-80.
- Fausto, Ruy (1983) *Marx: Lógica e Política*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense.
- Fine, Ben e Milonakis, Dimitris (2009) *From Economics imperialism to freaknomics*. Londres: Routledge.
- Keynes, John M. (1983) *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural.
- Knudsen, Christian (1993) “Equilibrium, perfect rationality and the problem of self-reference in Economics”. In: *Rationality, institutions e economic methodology*. Ed. U. Maki, B. Gustafsson e C. Knudsen. Londres: Routledge, p. 133-170.
- Marcuse, Herbert (1964) *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mirowski, Philip (1984) “Physics and ‘marginalist revolution’”. In: *Cambridge Journal of Economics*, 1984, vol. 8, p. 361-379.
- Pareto, Vilfredo (1984) *Manual de Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural.
- Smith, Adam (1983) *A riqueza das nações — Investigação sobre sua natureza e suas causas*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural.
- Stuart Mill, John (1974) “Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela”. In: *Bentham/Stuart Mill*, Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- Walras, Léon (1983) *Compêndio dos elementos de economia política pura*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural.